

5. Competitividade: *Governance Matters* 1996-2004¹

Existe um elevado consenso a nível internacional, entre académicos e decisores políticos, de que uma boa governança influencia o desenvolvimento económico. O Banco Mundial mede periodicamente a qualidade da governança através de um conjunto de indicadores. Este ano saiu uma nova edição de Indicadores de Governança para 1996-2004.

Os autores do estudo definem a governança como o conjunto de tradições e instituições através das quais a autoridade é exercida num país. Especificam três grandes áreas ligadas à governança, cada uma com duas dimensões:

- A forma como se processa a escolha e substituição das autoridades no poder – estimada através das dimensões responsabilização e instabilidade política e violência (ver definição no *Quadro 5.1*);
- A capacidade dos Governos na formulação e implementação de políticas – medida através das dimensões eficácia do Estado e carga regulatória;
- O respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que governam as interações entre eles – estimado através das dimensões controlo da corrupção e cumprimento da lei.

Quadro 5.1. Governança

Áreas	Dimensões	Definição
Processo de escolha e substituição das autoridades	1. Responsabilização	Mede os direitos políticos, civis e humanos.
	2. Instabilidade Política e Violência	Mede a probabilidade de ameaças violentas, ou mudanças ao e no governo, incluindo terrorismo.
Capacidade dos Governos na formulação e implementação de políticas	3. Eficácia do Estado	Mede a "competência" da burocracia e a qualidade da oferta do serviço público (Qualidade dos serviços públicos; qualidade da burocracia, competência dos funcionários públicos; independência do serviço público face às pressões políticas; credibilidade dos compromissos governamentais relativamente às políticas).
	4. Carga Regulatória	Mede a incidência das políticas não amigas do mercado (tais como controlo de preços ou supervisão bancária inadequada; percepção dos limites impostos pela excessiva regulação em áreas como o comércio externo e o desenvolvimento empresarial).
Respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que governam as interações entre eles	5. Controlo da Corrupção	Mede o exercício do poder público para ganhos privados (Pagamentos adicionais para "ter as coisas feitas"; efeitos da corrupção no ambiente empresarial; "grande corrupção" na arena política; tendência de constituição de elites para o exercício de pressão sobre o Estado).
	6. Cumprimento da Lei	Mede a qualidade da execução da lei, da política, dos tribunais, assim como a probabilidade de crime e violência (Percepção da incidência do crime; eficiência e previsibilidade da justiça; obrigatoriedade dos contratos).

Fonte: Kaufmann, Daniel; Kraay, Aart; Mastruzzi, Massimo; *Governance Matters IV: New Data, New Challenges*, May 2005

O estudo enfatiza a dificuldade em medir a governança e considera que a construção dos indicadores não deve ser baseada apenas em medidas objectivas, mas também na percepção dos agentes económicos e da sociedade relativamente à sua implementação. Os indicadores compósitos são estimados através de diversas variáveis retiradas de 37 fontes e construídas por 31 organizações diferentes, com base em inquéritos de percepção, sendo assumida uma margem de erro de + ou – 2,5%.

O número de ordem de Portugal em 182 países, seleccionados nos vários anos de forma a obter o mesmo conjunto de países comparável entre 1998 e 2004, mostra uma evolução desfavorável a Portugal,

¹ Por Ângela Lobo, GEE. O texto é da responsabilidade da autora e não coincide necessariamente com a posição do Ministério da Economia e da Inovação. Esta análise foi publicada no Boletim Mensal de Actividade Económica de Outubro de 2005.

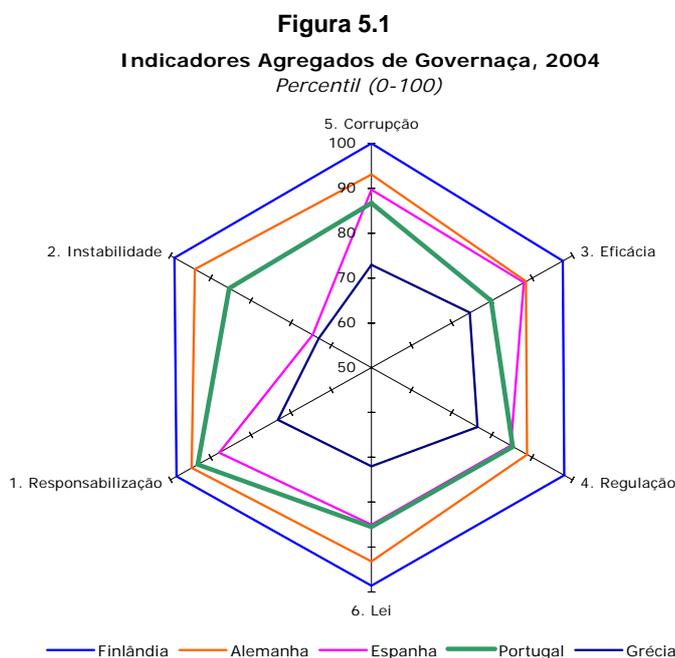
no intervalo desses seis anos (ver Quadro 5.2), embora o país se encontre no grupo dos mais desenvolvidos.

Dos países europeus a Finlândia destaca-se no número de ordem, entre os 10 melhores, em qualquer dos indicadores, sendo o número um no controlo da corrupção. A Espanha e a Alemanha tiveram uma evolução semelhante à portuguesa na maioria dos indicadores, vendo especialmente agravado, o número de ordem no indicador de “instabilidade política e violência”, como aliás se verificou também nos EUA, na sequência dos atentados de 11 de Setembro de 2001.

Em 2004 a Espanha situou-se em vantagem, comparativamente a Portugal, no que respeita à “eficácia do Estado” e ao “controlo da corrupção”, colocou-se numa posição muito inferior à portuguesa na “responsabilização” e na “instabilidade política e violência” e ficou numa posição muito próxima no que respeita à “carga regulatória” e ao “cumprimento da lei”.

A maioria dos 10 novos países da UE melhorou a sua *performance* de governança entre 1998 e 2004. Na generalidade destes países destaca-se uma clara melhoria ao nível da “responsabilização”, da “carga regulatória” e do “cumprimento da lei”. O mesmo nem sempre se verificou relativamente à “eficácia do Estado”, ao “controlo da corrupção” e à “instabilidade política e violência”, onde países como a Polónia, Hungria e República Checa viram os seus números de ordem piorar.

Considerando apenas os países da UE, Portugal encontrava-se, em 2004, num grupo intermédio de países no que respeita ao comportamento dos indicadores de governança (percentil entre os 80 e os 95), juntamente com a Espanha (ver Figura 5.1). No grupo dos melhores (acima do percentil 95), encontra-se a Finlândia, num grupo intermédio (percentil entre os 90 e os 95), situa-se a Alemanha e entre os com pior percentil estava a Grécia.



Fonte: The World Bank, Kaufmann, Daniel; Kraay, Aart; Mastruzzi, Massimo; 2004 *Governance Research Indicators Dataset*

Quadro 5.2
Qualidade da governança (1998-2004) - Evolução do número de ordem em 182 países

Países	Processo de escolha e substituição das autoridades				Capacidade dos Governos na formulação e implementação de políticas				Respeito dos cidadãos e do Estado pelas instituições que governam as interacções entre eles			
	Responsabilização		Instabilidade Política e Violência		Eficácia do Estado		Carga Regulatória		Controlo da Corrupção		Cumprimento da Lei	
	2004	1998	2004	1998	2004	1998	2004	1998	2004	1998	2004	1998
Finlândia	4	4	3	2	6	10	5	6	1	3	4	6
Alemanha	12	14	32	13	20	15	20	17	15	13	15	14
Irlanda	16	17	14	4	18	17	9	5	17	15	16	16
EUA	20	9	60	23	14	16	25	8	16	17	17	17
Espanha	22	22	53	42	21	9	29	22	20	20	26	23
PORTUGAL	15	11	22	11	35	23	28	18	26	21	25	24
Chipre	34	33	68	51	29	25	23	25	32	24	30	42
Malta	17	16	7	16	28	31	19	57	24	40	23	46
Polónia	26	38	67	40	55	32	46	41	63	43	54	51
Grécia	44	42	55	65	40	34	39	40	42	32	38	48
Hungria	23	27	38	20	44	35	24	23	40	38	31	45
República Checa	32	28	41	29	46	37	33	44	54	50	44	49
Eslovénia	27	43	25	25	30	39	38	46	28	33	28	38
Estónia	25	47	31	31	31	49	13	29	31	42	29	52
Letónia	39	51	28	53	47	60	32	48	59	70	56	67
Lituânia	37	46	39	54	43	62	26	86	49	60	50	61
Eslováquia	29	63	52	32	45	70	27	79	49	69	55	66
Turquia	97	144	121	142	72	107	86	37	84	64	72	62
Roménia	69	72	75	73	80	138	84	77	86	102	85	91
Bulgária	56	65	79	62	77	158	48	61	73	110	71	86

Fonte: Banco Mundial, 2004 *Governance Research Indicators Dataset*

Nota: Foi seleccionado o mesmo conjunto de 182 países em 1998 e em 2004, de forma a poder comparar os número de ordem nos dois anos. Números assinalados a negrito indicam uma evolução desfavorável do número de ordem, entre 1998 e 2004.

